

## MEMÓRIAS E REPRESENTAÇÕES: A EXPERIÊNCIA DE PROFESSORAS NA ALFABETIZAÇÃO DE ADULTOS NO MEIO RURAL DE UBERLÂNDIA/MG

Letícia Borges de Oliveira  
Mestranda em Educação/UFU

O município de Uberlândia está situado numa importante região de Minas Gerais, o Triângulo Mineiro. Na segunda metade do século XX, o município apresentava estrutura sócio-econômica baseada no modelo agro-industrial. O processo de industrialização somente se consolidaria a partir da década de 1960, paralelo ao fenômeno de sua urbanização. Nesse contexto, a educação começa a ser percebida como um importante instrumento para a formação do trabalhador que migrava em massa do campo para a cidade.

Nesse contexto, conforme demonstra Vieira (2000), Uberlândia, constituiu-se como um dos mais importantes centros regionais do Estado, com impressionante desenvolvimento econômico, impulsionado também pela transferência da capital federal para Brasília, região vizinha ao município. Como reflexo, o crescimento urbano provocaria mudança estrutural significativa para a cidade, acirrando os problemas sociais. Vejamos os dados populacionais:

| Ano  | População rural (Percentual) |
|------|------------------------------|
| 1940 | 69,76                        |
| 1950 | 63,84                        |
| 1960 | 54,92                        |
| 1970 | 44,06                        |
| 1980 | 32,41                        |

Fonte: Fundação IBGE – Censos Demográficos dos anos de 1940 a 1970.

Nesse cenário, em algumas regiões do país, inclusive em Minas Gerais, a idéia do “ruralismo pedagógico”, surge como tentativa de conter o inchaço das cidades, pois não tinha condições de absorver toda a mão-de-obra disponível. Bresolin e Ecco (2008) apresentam que a ameaça de urbanização é sentida pelos grupos dominantes e políticos.

Bezerra (2003) mostra que o “ruralismo pedagógico” portava a proposta de fixação o homem no campo por meio da pedagogia. Tal proposta partiu de grupos de intelectuais,

pedagogos ou livre-pensadores, os quais defendiam que deveria haver uma pedagogia apropriada para fixar o homem no campo, ou que, pelo menos, dificultasse o êxodo para as cidades. O autor ressalta que a defesa desse projeto no Brasil, fomentou uma intensa produção de textos e debates, sobretudo, a partir da primeira metade do século XX.

Como forma de conter o êxodo rural, apresenta-se a proposta de adaptar os programas e currículos das escolas rurais enfatizando o meio e a cultura rural aproximando-se a educação da realidade da vida rural. Para que a fixação no campo tivesse êxito os idealizadores perceberam a necessidade de produzir um currículo escolar específico ao homem do meio rural, visando atendê-lo naquilo que era parte integrante do seu dia-a-dia. Para tanto, o currículo escolar deveria estar voltado para o fornecimento de conhecimentos que pudessem ser utilizados na agricultura, na pecuária e em outras possíveis necessidades de seu cotidiano (BEZERRA, 2003).

Na proposta dos ruralistas a participação do professor seria fundamental para se obter maior cumplicidade e eficiência no alcance dos objetivos. Esse profissional deveria residir no ambiente de trabalho, pois, entendia-se que somente assim, ele poderia dedicar-se plenamente ao exercício de sua função, dada a relação de amor que ele deveria estabelecer com o trabalhador rural.

Nessa concepção, caberia o professor o papel de criar uma ideologia rural que viesse a fixar o trabalhador na terra. O fator econômico, nesse caso, não aparecia como elemento criador dos mecanismos que pudessem servir de base para o assentamento e permanência do trabalhador rural no seu *habitat* original. A falta de uma política agrícola e fundiária que visasse beneficiar o pequeno produtor também não parecia importante para esses pensadores (...) nesse caso, segundo os ruralistas, bastaria que o professor fosse alguém carismático e apaixonado pelo campo para que o trabalhador, ao aprender com ele, fosse convencido a permanecer no campo, independente das condições de trabalho e de sua situação social (BEZERRA, 2003, p.44).

Contudo, essa proposta não obteve êxito, como vimos pelos dados estatísticos que evidenciam a fuga do campo para as cidades. Fenômeno motivado pelas condições precárias de vida no campo, a falta de infra-estrutura das escolas rurais que funcionavam improvisadamente e com professores sem preparo, fato constato também no município de Uberlândia. O ensino oferecido nas escolas rurais era pouco eficiente, não instrua com

qualidade nem mesmo os rudimentos da leitura e escrita, tampouco treinava o homem do campo para o trabalho (conforme a proposta ruralista).

Por esse motivo, historicamente a educação rural é associada ao atraso que o meio rural representava. A realidade marginal das escolas rurais contribuiu para o elevado índice de analfabetismo refletido nas décadas posteriores. Pois além da má qualidade do ensino oferecido às comunidades rurais, evidenciava-se a dificuldade de permanência e acesso à escola rural (SILVEIRA, 2008, p. 09).

A ausência na oferta de vagas ou má qualidade do ensino destinado a população rural, os índices de analfabetismo continuavam evidentes. Com a urbanização, cresce a preocupação de preparar, minimamente, o trabalhador para as novas atividades que as indústrias exigiam. Assim, o poder municipal passou a apoiar e realizar diversas iniciativas para erradicação do analfabetismo.

Após a efetivação do processo de urbanização do município, o número de escolas urbanas cresce expressivamente a partir da segunda metade só século XX. Entretanto, a atenção à educação rural continuava insuficiente para atender a demanda, o que contribuiu para determinar o analfabetismo de várias pessoas jovens e adultas, as quais continuaram migrando para as cidades na busca por melhores condições de sobrevivência ou melhores possibilidades de estudo para os filhos.

Dentre as iniciativas oficiais para “combater” o analfabetismo no município de Uberlândia, destacamos a implantação do MOBREAL. A execução do programa pode ser identificado em três fases distintas. Guarato (2001) destaca que a primeira fase compreende os anos de 1970 a 1972, que corresponde a fase de mobilização do programa. Nesse período, as atividades se mantiveram restritas ao atendimento dos alunos das zonas urbanas, na faixa etária entre 15 e 35 anos. O tempo de duração do curso foi fixado em cinco meses, com duas horas diárias de aula.

O segundo período, caracterizado como fase de consolidação e sustentação, vai de 1973 até 1976. Segundo a autora, trata-se do momento de expansão do programa, em que se definiram metas e ações para obtenção de melhores resultados na erradicação do analfabetismo. A partir de 1977, iniciava-se a fase de diversificação, que compreenderia um processo de modificação do programa para contemplar clientela diferenciadas, como o atendimento a educação infantil.

O município de Uberlândia participou (quase na totalidade) de todas as fases de implantação e desenvolvimento do MOBRAL, haja vista que estabeleceu convênio com o programa no ano de 1971, na gestão do prefeito Virgílio Galassi. Conforme destaca o Jornal Correio, em 1972, a cidade de Uberlândia foi pioneira na implantação do MOBRAL no Estado de Minas Gerais. No ano de 1971, na gestão do prefeito Virgílio Galassi, os cursos realizados nesse ano foram financiados exclusivamente pela administração do município, através da Secretaria de Educação. Nesse período, como apresentou o jornal, foram alfabetizados mais de mil adultos nos cursos oferecidos pelo MOBRAL.

No primeiro período de implantação do MOBRAL no município, foi criado o Programa de Alfabetização Funcional (PAF), que adotava linha de trabalho informal, formando postos de alfabetização organizados a partir do levantamento de dados da comunidade realizado pelo MOBRAL em conjunto com o Projeto Rondon. Nessa fase, as aulas eram realizadas em espaços alternativos como igrejas, centros comunitários, assim como em espaços cedidos por escolas públicas e privadas (GUARATO, 2000).

Na seleção dos professores foi realizada prova escrita, e contou com significativa procura em função da intensa divulgação. Após a fase de seleção, foi organizado um encontro para oferecer informações sobre o material didático e dar “treinamento” aos professores para o desenvolvimento do trabalho de alfabetização. O programa contou com grande divulgação através da mídia (jornal, rádio, panfletos, cartazes etc). Assim, a campanha buscou abarcar o apoio da sociedade, enfatizando a responsabilidade de todos em prol da alfabetização, com o *slogan*: “Você também é responsável” (GUARATO, 2000).

Ao término da primeira turma do curso, foi organizada uma cerimônia para a entrega dos certificados. A ocasião com clima festivo contou com a presença de importantes autoridades políticas como o prefeito da cidade Virgílio Galasi e o governador do Estado Rondon Pacheco.

Em 1972, segundo ano do MOBRAL no município, a Prefeitura de Uberlândia reiterou o convênio com a campanha. Nesse contexto, foi apresentado o projeto de expansão do programa nos distritos do município e na zona rural. A prefeitura criou a Comissão Municipal do Mobral (COMUN), órgão responsável pela organização e

desenvolvimento da campanha no município, a comissão tinha plena autonomia de organização e ação.

De 1972 a 1979, o programa foi expandido, e passaria a atender as localidades mais distantes e a zona rural. Nessa fase, a cidade foi movimentada com diversos eventos comunitários, a direção da campanha pretendia se aproximar da comunidade, para que as pessoas se sentissem envolvidas com a causa da alfabetização e erradicar o que era entendido como “vergonha nacional”. Nessa etapa, foram estabelecidos convênios com empresas para alfabetizar os funcionários (GUARATO, 2000).

No percurso da pesquisa, foram identificadas cinco professoras que atuaram nas salas de alfabetização no meio rural do município de Uberlândia.

Conforme já destacamos, MOBREAL na zona rural inicia-se em 1972, segundo ano do programa no município de Uberlândia. Algumas informações sobre a implantação do programa no meio rural no município foram obtidas por meio de entrevistas com ex-professoras, ex-alunos e dirigentes do referido programa. Também recorreremos à pesquisa junto ao acervo da imprensa local depositado no Arquivo Público de Uberlândia, além de análise de documentos oficiais, bem como registros históricos (cartilha, livro de leitura e cadernos e fotografias) os quais foram cuidadosamente preservados por alguns ex-alunos e ex-professoras.

Como muitos registros oficiais não foram preservados, contamos com a colaboração de diversas pessoas que fizeram parte da história da campanha no campo. A dificuldade na localização desses registros históricos se dá em decorrência de vários fatores, a saber: a maioria das salas do MOBREAL na zona rural funcionava em escolas que foram Nucleadas (transferidas para outras localidades) ou foram realizadas em espaços improvisados nas fazendas. As escolas que cederam salas para o programa, não preservaram a documentação ou outros tipos de registros do período em função de uma política de descarte, muito comum nas instituições escolares em todo país.

O processo de implantação do programa contou com a divulgação e apoio intenso da imprensa local, que buscava mobilizar toda sociedade para apoiar e participar ativamente para erradicar o analfabetismo na cidade.

A imprensa se incumbiu de difundir o espírito de entusiasmo na sociedade, divulgando o início de um projeto que iria contribuir para o desenvolvimento e progresso

da região e do país. Para tanto, dentre os argumentos utilizados para conseguir o apoio da sociedade, buscou-se convencer a população de que a solução para os problemas do Brasil estava diretamente relacionado ao alto índice de analfabetos, os quais eram responsáveis pelo atraso da nação (COELHO 2007 p.95)

No estudo realizado, evidencia-se uma diferenciação no tratamento atribuído às professoras que atuavam na cidade e às profissionais que trabalhavam no campo. Se por um lado, conforme destaca as reportagens do Jornal Correio, as professoras que assumiam as salas do MOBRAL localizadas na zona urbana participavam de reuniões, processo de formação inicial e “continuada” para realizar suas atividades. As professoras que atendiam a população campesina, não participaram de nenhum processo de formação específica para o programa.

Contudo, a partir da investigação realizada junta às ex-professoras que atuaram no MOBRAL na zona rural do município, essa preparação não alcançou as salas que essas professoras atuaram. Essas profissionais afirmam que nunca ocorreu tal treinamento, apenas recebiam visitas mensais de supervisoras para orientá-las nas atividades a serem aplicadas.

Na verdade não teve um curso assim, teve uma palestra, quem deu as dicas mesmo foi a Izilda. Então teve só uma palestra antes de começar o curso e durante as aulas era a supervisora que ia na fazenda, então elas iam passando pra gente e a gente ia trabalhando. (Eudete Ferreira, ex professora do Mobral no distrito de Miraporanga/ Faz. São Vicente).

Esse tratamento “diferenciado” pode ser observado desde o início das atividades da campanha, pois é possível observar tanto na divulgação pela imprensa local, como no recrutamento das professoras. Conforme estudo realizado por Guarato (2000), para a seleção das professoras que foram atuar no MOBRAL na cidade, foi realizado um processo seletivo que abrangia conhecimentos gerais de Português, Matemática e Estudos Sociais.

A partir das entrevistas junto às professoras que atuaram no campo, constatamos que para contratação das mesmas, não ocorreu nenhum tipo de processo seletivo, assim como não houve cursos para atendimento ao “novo” público, os estudantes jovens e adultos, conforme os relatos abaixo:

Eu não sabia nada do MOBRAL, a gente ficou sabendo tudo através dessa supervisora Izida (...) ela nos orientou e deu as dicas, deu umas

explicações pra gente (...) Não tinha mistério, era só uma alfabetização mais lenta do que com os meninos mais novos, que já eram senhores (...). (Eudete Ferreira, ex professora do Mobral no distrito de Miraporanga/ Faz. São Vicente).

Em relação à contratação das professoras que atuaram no campo, o Jornal Correio do ano de 1972, divulgou que a Secretária de Educação da época “selecionou” 20 professoras para atuar no MOBREAL da zona rural. Entretanto, em nossa investigação, constatamos que algumas professoras que já atuavam na zona rural, muitas nem tinham ouvido falar do programa. Assim, foram apenas informadas que passariam a atender alunos jovens e adultos no período noturno. É importante destacar, que muitas jovens da comunidade foram convidadas para atuar como voluntárias na alfabetização de adultos.

Antes eu já era professora, porque eu sempre fui professora de zona rural. Zona rural que eu ia e ficava, morava, ficava um mês lá na fazenda. Então era só eu de professora.(...) eu atuava no ensino fundamental normal. (...) Aí me procuraram, (...) para trabalhar no Projeto. Então eu já tinha o meu cargo, mas, por ser eu a única professora, a gente tinha que atender as outras necessidades. (Regina Maura de Freitas, ex professora do Mobral em Miraporanga/Fazenda São Vicente)

Apesar dos indícios que funcionaram outras salas de alfabetização do MOBREAL no campo, nem a Prefeitura Municipal, nem o Arquivo Público de Uberlândia guardam registros sobre a totalidade das salas na zona rural. Diferente das salas da cidade, pois é possível encontrar registros e diversas reportagens divulgadas pela imprensa local, as quais destacam apenas uma parte do processo de implantação do programa no município.

Os sujeitos entrevistados em nosso estudo nunca tiveram a oportunidade de registrar suas experiências educacionais, as quais não são apenas histórias individuais, trata-se da histórica da educação do município num dado período histórico. A partir dos relatos, podemos compreendermos melhor o processo histórico de exclusão de muitas pessoas da educação rural no município de Uberlândia. Pois as pessoas atendidas no contexto do MOBREAL no campo, foram trabalhadores que não tiveram oportunidade de acesso ou condições de permanecer na escola rural na infância. Por conseguinte, iniciaram e abandonar os estudos em várias etapas da vida.

Nas oportunidades que alguns tiveram de sentar num banco escolar, o ensino oferecido nos estabelecimentos rurais, oportunizou apenas o aprendizado dos rudimentos mínimos da leitura e escrita, os quais foram sendo esquecidos ao longo da vida. Na idade adulta (ou idosa), surge mais uma oportunidade de tentativa de ingressar no mundo letrado, o MOBRAL.

Portanto, Com a ajuda de professoras que, mesmo sem a devida preparação para alfabetizar o público adulto, se submetem a mais uma tentativa para finalmente aprender a ler e escrever. Em salas instaladas próximas ou na fazenda em que trabalhavam jovens e senhores tentaram (sem muito sucesso) o acesso à alfabetização. O que nesse contexto em que o analfabeto era considerado uma “chaga”, se tornar alfabetizado era sinônimo de “dignidade”, independência, para não precisar recorrer a outrem para realizar tarefas como identificar endereços, não ser enganado no comércio, ou simplesmente poder assinar o nome, e não se envergonhar ao ter que utilizar apenas a digital..

### **Referências Bibliográficas**

BEZERRA NETO, Luiz. **Avanços e retrocessos na educação rural no Brasil**. Tese de doutorado. Universidade Federal de Campinas, SP. 2003

BRESOLIN, Paoline. ECCO, Idanir. **Ser Escola Rural: da Historicidade, das características e das Representações**. Simpósio Nacional de Educação. Erechim/RS. 2008

COELHO, Leni Rodrigues. **Educação de Jovens e Adultos: As ações do MOBRAL no Município de Patos de Minas (1970-1980)**. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Uberlândia. 2007.

GUARATO, Mônica. **A alfabetização de adultos: a experiência do MOBRAL no município de Uberlândia (1971-1985)**. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de Uberlândia. 2000.

SILVEIRA, Tânia Cristina. **História da Escola Rural Santa Tereza (Uberlândia/ MG, 1934 a 1953)**. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Uberlândia. 2008.

VIEIRA, Maria Clarisse. **Políticas de Educação de Jovens e Adultos no Brasil: Experiências e Desafios no Município de Uberlândia – MG (anos 80 e 90)**. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Uberlândia. 2000.